

1. Introdução

Os debates em relação a social-democracia¹ e a possibilidade de implementar o socialismo pela via eleitoral em sociedades capitalistas são bastante férteis, e encontram muitas controvérsias na literatura². Embora as posições em relação a essa possibilidade sejam bastante divergentes, há razoável consenso que a social-democracia sueca, que teve início na década de 30 e permaneceu até os primeiros anos da década de 90, foi a experiência histórica que mais se aproximou da concretização de um projeto socialista por meios reformistas, com claro objetivo de socialização dos meios de produção sem a existência de um projeto revolucionário armado (WILD, 1992).

Os motivos para o fim do projeto de transição sueco são bastante discutidos, sendo os mais citados: (1) o contexto de globalização das décadas de 80 e 90, que ocasionou a quebra do pacto entre classes que sustentava o sistema (WILKS, 1996); (2) as limitações legais do papel do Estado em relação à estatização de empresas definidas no Acordo de Saltsjöbaden, firmado entre empresários e sindicatos em 1938 (PONTUSSON, 1984); e (3) a complexidade da luta de classes, que não apresenta apenas as “formas puras” de burguesia e proletariado na sociedade real e acaba sub-representando politicamente alguns setores, cujas pautas específicas não são diretamente relacionadas à contradição fundamental marxista e, portanto, consideradas secundárias e/ou disruptivas por sindicatos e partidos (WILD, 1992).

Em relação a esse terceiro ponto, Wild (1992) cita as críticas feministas e ambientalistas como as mais relevantes, dando atenção à militância feminista na Suécia como especialmente responsável por criticar e combater os governos social-democratas. Exemplos da força do movimento feminista no país é o reduzido *gap* de salários entre homens e mulheres, o fato de a Suécia ter sido o primeiro país do mundo a conquistar um assento no parlamento para seu Partido Feminista Nacional (o F!), além de ser um dos primeiros países a permitir o voto feminino, legalizar a prática de aborto de gestação, além de

¹ A social-democracia é um tipo concreto de modo de produção capitalista que possui como fim (ou pelo menos alega possuir, no contexto histórico aqui tratado) a transição para o modo socialista de produção. Por isso, contraponho o capitalismo e a social-democracia em termos de política e ação objetiva orientada, considerando que este possui o objetivo de desenvolver o socialismo utilizando-se das ferramentas democráticas burguesas e aquele busca a perpetuação do modo capitalista de produção. No presente artigo, portanto, o termo “capitalismo” designa as diferentes formas concretas que tal modo de produção assumiu na Suécia, exclusive a forma social-democrata.

² São referências principais dentro do espectro social-democrata as obras de Karl Kautsky, em especial em *O Caminho do Poder* (1979), o “revisonismo” da teoria marxista proposto por Eduardo Bernstein (1982, 1997) e o “esquerdismo” de Rosa Luxemburgo (2002).

contar com diversas políticas públicas focadas no combate à desigualdade de gênero (que vão desde políticas habitacionais, tributárias e de saúde pública até leis para aposentadoria, licença-maternidade e licença-paternidade). A maior parte dessas leis foi criada no período social-democrata, e boa parte dos grupos feministas organizados também foram criados nessa época (JENSON & MAHON, 1992).

Dentre os movimentos de destaque, particularmente citados por se oporem a algumas pautas defendidas pelo LO³ (Sindicato Federal dos Trabalhadores da Suécia, principal sindicato dos operários no período) e o SAP (Partido Social-Democrata Sueco, que se manteve no poder nos períodos de 1932-1976 e 1982-1991), está a Liga Fredrika Bremer⁴, um grupo de mulheres cuja presidenta à época, Birgitta Wistrand, foi acusada pelos dirigentes do LO de ser agressiva e defender o tipo errado (*sic*) de mulheres (GELB, 1989). Também destaca-se o movimento Grupo 8 (fundado em 1968, com 1000 mulheres associadas), que funcionava principalmente como um grupo de pressão a jornais e revistas para a contratação de mulheres feministas como colunistas e escritoras (SCOTT, 1982).

Considerando as conquistas do movimento feminista durante a social-democracia e a hipótese apontada na literatura que tal militância contribuiu para o fracasso (ou aceleração do fracasso) do pacto social-democrata, faz-se relevante analisar como se deu essa relação, particularmente a partir de uma óptica político-econômica. O esforço histórico das autoras feministas para ressaltar a atuação das mulheres desse período é bastante extenso e complexo, porém frequentemente negligencia os aspectos classicistas e econômicos envolvidos no processo decisório das políticas públicas⁵. Já os estudos econômicos de viés marxista, que buscam identificar as especificidades da luta de classes durante o pacto sueco, tendem a diminuir a relevância política e econômica das mulheres e das questões de gênero durante o apogeu da social-democracia, citando apenas a relevância desse movimento para o seu fim⁶. O presente trabalho propõe, portanto, investigar a dinâmica entre a luta de classes e outras identidades dos sujeitos na realidade econômica sueca durante o período da social-democracia, focando na identidade de gênero⁷ e na atuação das organizações feministas na Suécia durante o período de 1932-1991.

³ A LO era a principal central sindical operária no período, estando intimamente articulada com o SAP (Partido Social-Democrata Sueco).

⁴ A Liga Fredrika Bremer foi a primeira organização feminista da Suécia, fundada em 1884. Entre o final da década de 70 e o início da década de 80 a instituição chegou à marca de 9000 pessoas filiadas, entre homens e mulheres.

⁵ São referências as obras de Lipman-Blumen e Bernard (1979), Schirmer (1982), Hernes (1987), Edwards (1991) e Hirdman e Vale (1992).

⁶ As análises marxistas incluem as obras de Wild (1992), Wilks (1996), Pontusson (1987) e Korpi (1978 e 1983).

⁷ Conforme bem colocado pelas correntes do feminismo interseccional, identidades para além de classe e gênero – tais como raça/etnia, sexualidade, condição migratória e religião – são importantes categorias de análise no estudo de movimentos sociais e políticas públicas; porém, dada a limitada documentação destinada a apresentar essas distinções, bem como o foco do trabalho em investigar os movimentos feministas ativos à época considerados relevantes para fricções e, eventualmente, ruptura do pacto social-democrata, classe e gênero são aqui as categorias de interesse.

Pretende-se compreender a posição das mulheres nas diversas fases desse período, suas reivindicações e suas demandas, explorando como a luta por igualdade de gênero – interpretada como secundária à contradição de classe pelos sindicatos suecos, conforme debatido a seguir – avança e recua em diferentes momentos, em um movimento articulado com as condições materiais reproduzidas na esfera produtiva⁸. Considerando a Suécia como sendo um país de vanguarda feminista e também o caso mais bem sucedido de social-democracia na história, sendo aquele apontado na literatura como uma das características que minou este, tal investigação pode contribuir para a reflexão a respeito da relação entre as especificidades de diferentes momentos do modo de produção capitalista, da luta de classes, e da relação entre sexos e gêneros. Ainda, o debate sobre a retomada de um governo de bem-estar pautado na conciliação de classes – incompatível com o atual *status-quo* neoliberal – simultâneo ao crescimento das chamadas “pautas identitárias” na política mundial (inclusive na brasileira), tornam a análise do caso sueco particularmente relevante, capaz de iluminar a questão de como projetos de estado de bem-estar se articulam com pautas para além das classicistas no contexto de diferentes condições materiais, em distintos momentos do capitalismo.

2. A gênese da socialdemocracia sueca e a minimização das pautas feministas: do começo da década de 30 ao final da década de 50

O início das tratativas para a formalização de acordos entre empresários e operariado (posteriormente consolidados no Acordo de Saltsjöbaden⁹, em 1938), que se deram durante a década de 30 e formaram a superestrutura jurídica para a implantação do projeto socialdemocrata, encontrava-se no contexto da grande crise do capitalismo deflagrada a partir da crise de 1929. Esse momento histórico específico e os fatores apontados como causas para a crise, com a popularização de teorias econômicas (notadamente as teorias keynesianas) que levaram ao questionamento de algumas estruturas do capitalismo liberal, dominante desde o final do século XIX, proporcionaram à classe operária uma posição de barganha mais favorável, com um fortalecimento dos argumentos sociais-democratas a nível mundial e uma maior disposição de ambas classes para a efetivação de acordos que evitassem a recessão (WILKS, 1996; ELVANDER, 2003).

⁸ Sobre a compreensão da esfera produtiva e a esfera reprodutiva como essencialmente interligadas por meio da força de trabalho (que produz todo o valor naquela e só pode ser produzida/reproduzida nesta), ler Bhattacharya (2017).

⁹ Esse acordo, assinado entre o LO e a Confederação Sueca dos Empregadores (SAF), é considerado um dos pilares legais da socialdemocracia sueca. A negociação se deu diretamente entre as entidades, sem mediação do governo, e tinha como objetivo principal criar um sistema de conciliação de classes, no qual a cooperação entre trabalhadores e empresários por meio de comitês específicos evitasse greves (especialmente em setores considerados essenciais) e reduzisse demissões. Para mais detalhes sobre as especificidades do acordo, ver Elvander (2003).

A proposta econômica adotada pelo SAP ficou conhecida como modelo Rehn-Meidner, em homenagem aos economistas Gosta Rhen e Rudolf Meidner. Originalmente, a proposta era bastante arrojada no sentido de apresentar um extenso aparato de planificação econômica, incluindo controle estatal de exportações e movimentos internacionais de capitais, com grande poder decisório para a classe trabalhadora. Entretanto, o afastamento dos comunistas, derivado da polarização do debate no contexto da Guerra Fria, levou o governo a buscar o apoio de empresários para as eleições de 1948, cedendo às pressões das fortes empresas exportadoras do país e permitindo a implantação dos modelos fordistas e tayloristas de produção – vistos com grande desprezo por parte da classe trabalhadora, que identificava neles uma maior alienação do processo produtivo e possíveis pioras nas condições de trabalho (PONTUSSON, 1987).

O período social-democrata sueco ficou conhecido como *Folkhem*¹⁰ (casa do povo, em tradução livre), seguindo o conceito de que a sociedade estaria organizada sob os princípios de igualdade, solidariedade, cooperação e ajuda mútua, assim como em um lar tradicional (JENSON & MAHON, 1992). Durante todo o processo de formação do *Folkhem*, o SAP possuía uma ala feminista dentro do partido: a SSKF (Liga Social-Democrata Feminina). No congresso da SAP de 1928, no qual cunhou-se o termo *Folkhem*, a representante da SSKF reivindicou a participação das mulheres na construção desse projeto desde sua base, e não apenas como pessoas incluídas nesse modelo econômico posteriormente (EDUARDS, 1991). Porém, da mesma forma que as reformas mais radicais no sentido de conferir maior poder ao Estado e à classe trabalhadora tiveram que ser deixadas de lado no decorrer do processo, para garantir as eleições do SAP (com apoio empresarial), também as pautas feministas foram minimizadas:

Assim como as reformas radicais das relações de classe tiveram de ser sacrificadas para a criação de um consenso social, também uma visão mais tradicional das relações de gênero foi vitoriosa em relação a uma forma alternativa. A identidade de uma cidadã trabalhadora feminina foi marginalizada e, em seu lugar, se manteve uma visão de mulher dona de casa. A família era sempre representada como a esfera própria do sexo feminino, reconhecendo-se nela um modelo de política social baseado em relações familiares (*casa do povo*). Assim, as relações de gênero eram diferenciadas espacialmente, com os homens na produção e as mulheres no lar. (JENSON & MAHON, 1992, pg. 82, tradução livre).

Alva Myrdal, uma liderança progressista da SSKF que havia defendido a igualdade plena entre homens e mulheres já nos anos 30, recuou em sua posição para a formulação do plano político do SAP de 1944, deixando clara sua tentativa de diálogo com as chamadas “feministas maternais¹¹” e as alas conservadoras. A proposta final do partido colocou as mulheres como detentoras de um papel central

¹⁰ Em inglês, a terminologia utilizada é People's Home.

¹¹ As feministas maternais estão relacionadas com a reivindicação de direitos formais igualitários. Entretanto, seu argumento estava baseado no quanto a participação política e a igualdade de direitos poderia ser benéfica para a sociedade no sentido de que estaria preparando melhores mães para seus filhos e filhas. Sua visão mantém o papel da mulher como mãe e dona de casa por excelência, porém iguais aos homens perante a lei.

para o desenvolvimento do *Folkhem*: são primordialmente mães e, se necessário for, também tem capacidade para serem trabalhadoras (JENSON & MAHON, 1992). A tentativa de destacar o papel central das mulheres no desenvolvimento da social-democracia porém essencialmente diferente dos homens chegou, em certo ponto, a caracterizar as donas-de-casa como sendo as empregadoras dos trabalhadores, pois elas eram responsáveis por determinar o consumo nos lares e, portanto, eram quem determinava a produção em última instância, conforme artigo de viés keynesiano publicado no jornal da SAP em 1934 e duramente criticado pelas mulheres do partido (LINDHOLM, 1991).

Até o final dos anos 50, os avanços nas pautas feministas visando igualdade no setor produtivo não foram significativos, embora a representação dos grupos de mulheres continuasse existindo tanto dentro quanto fora do SAP (NAUMANN, 2005). Aqui, é importante resgatar a literatura histórica feminista da Suécia, a qual enfatiza que, desde sua origem agrária, o país manteve um padrão de homem provedor¹² de tipo fraco, segundo a caracterização de Sommestad (1997). Embora haja bastante divergência em relação às condições históricas e estruturais que colocaram a Suécia em uma posição de vanguarda no que tange à participação e representatividade femininas (em ambientes políticos e laborais, por exemplo, os quais são ainda hoje majoritariamente masculinos), há consenso sobre o destaque do país no que se refere à igualdade de gênero (MULINARI & MOLINA, 2010 e LINDHOLM, 1991). Assim, durante todo o período, a Suécia continuava representando um país de vanguarda nas questões feministas; entretanto, internamente, os avanços das pautas e as conquistas do movimento foram bastante reduzidas.

O conceito de *Folkhem*, até então, operava principalmente no sentido de reforçar o modelo de lar baseado na divisão sexual do trabalho, caracterizando o Estado como uma família harmoniosa e reforçando o papel da mulher como dona de casa/mãe, em oposição ao sustento de seu papel de cidadã (JENSON & MAHON, 1992). Entretanto, desde o princípio, esse modelo “borrou” a divisão entre o público e privado, permitindo que as questões familiares fossem tratadas como objetos de políticas públicas sem grande questionamento por parte de políticos e instituições do governo (HOBSON & LINDHOLM, 1997). Até o final da década de 50, o discurso oficial – inclusive por parte de algumas feministas – pautava as mulheres não como estando em condições desiguais às dos homens, mas sim desempenhando um papel (naturalmente) diferente: tinham um dever essencial e específico no

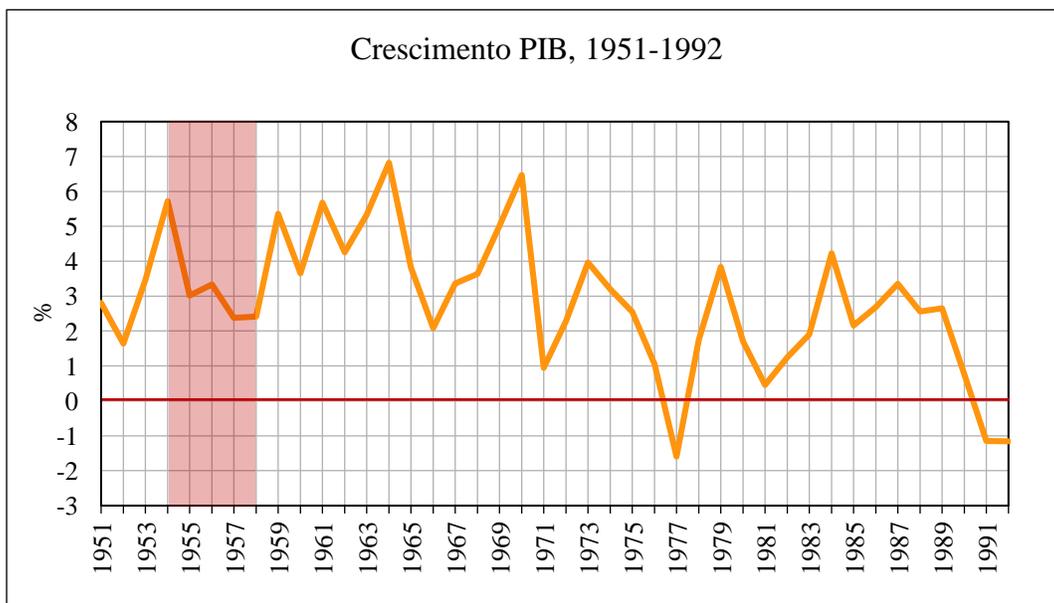
¹² O *breadwinner model*, em tradução literal, é o modelo do ganhador-de-pão. Trata-se de uma estrutura familiar básica na qual existe uma pessoa responsável por trabalhar remuneradamente, a fim de garantir o sustento material da família, e outra responsável por trabalhar não-remuneradamente, no lar, a fim de garantir a organização interna do ambiente familiar. Embora a literatura já trate o *breadwinner model* como sendo um modelo no qual a primeira função pode ser ocupada por uma mulher (fenômeno das *breadwinner moms*), a expressão é geralmente associada a modelos familiares heterossexuais nos quais os homens são provedores do sustento e as mulheres organizadoras do ambiente familiar. Neste artigo, optou-se pela tradução “modelo homem provedor”, já bastante utilizada na literatura - ver Arilha, Rideti e Medrado (1998).

desenvolvimento do modelo social-democrata, que era feito dentro do lar. A partir da década de 60, algumas mudanças importantes nessas condições permitiram avanços significativos nas conquistas feministas, reforçando o caráter público das políticas voltadas para o âmbito doméstico.

3. Mudanças econômicas e conquistas feministas: da década de 60 a primeira metade da década de 70

Os congressos do SAP no final da década de 50 foram marcados por intensos debates a respeito da impossibilidade da continuidade do grande crescimento econômico que a Suécia apresentava, aliado ao baixo índice de desemprego e ao crescimento contínuo de salários reais. No início da década de 50, a Suécia chegava a patamares de 5% de crescimento no PIB (Gráfico 1), mantendo uma taxa de desemprego ao redor de 2% em todo o período (SBC, s. d.). Embora as décadas de 50 e 60 sejam sempre apontadas como o período mais estável da social-democracia sueca, a segunda metade da década de 50 (particularmente de 1954 a 1958) foi marcada por uma redução contínua do crescimento do PIB nacional:

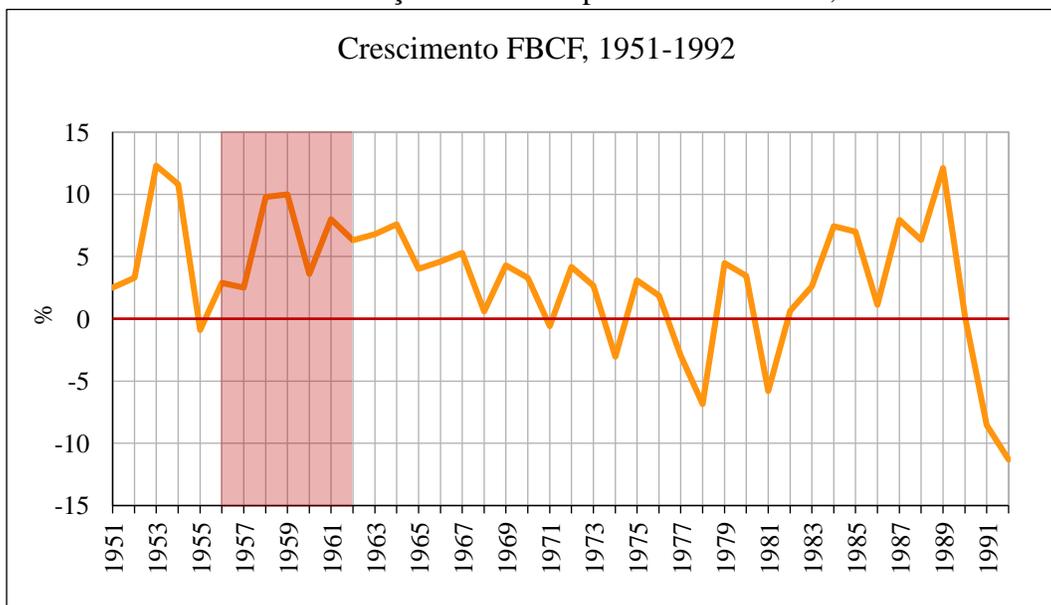
Gráfico 1: Crescimento do PIB da Suécia, 1951-1992



FONTE: SCB – Historical Statistics

As lideranças pintavam quadros ameaçadores a respeito do futuro econômico do país devido à estagnação da produtividade em relação ao crescimento do salário real, reforçando um discurso de necessidade de queda dos salários médios para evitar uma estagnação econômica (NAUMANN, 2005). O período foi acompanhado de um crescimento na formação bruta de capital fixo do país, reforçando o discurso da necessidade de absorção de mão de obra barata:

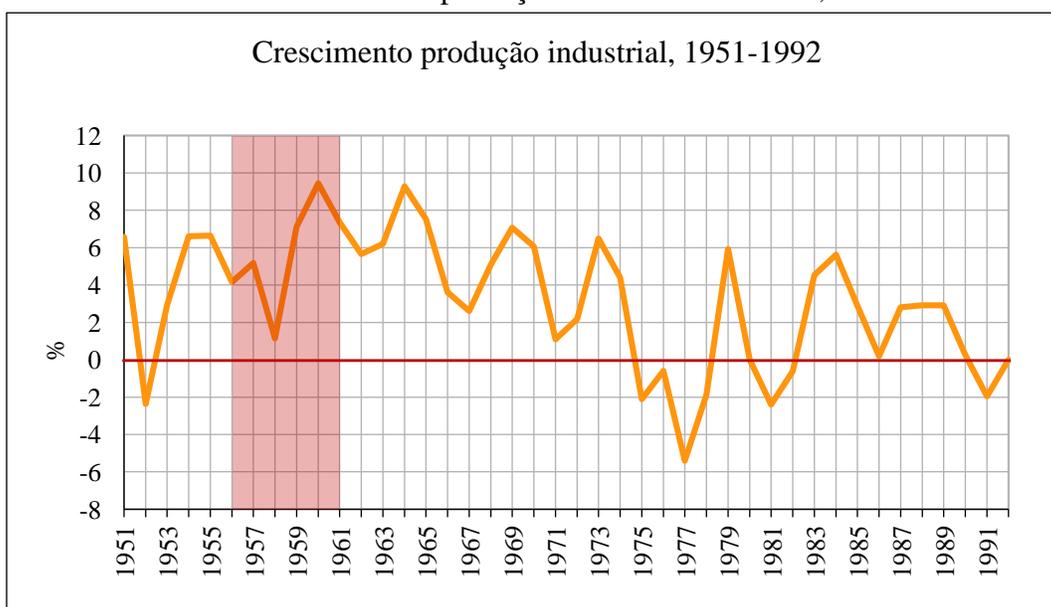
Gráfico 2: Crescimento da formação bruta de capital fixo na Suécia, 1951-1992



FONTE: SCB – Historical Statistics

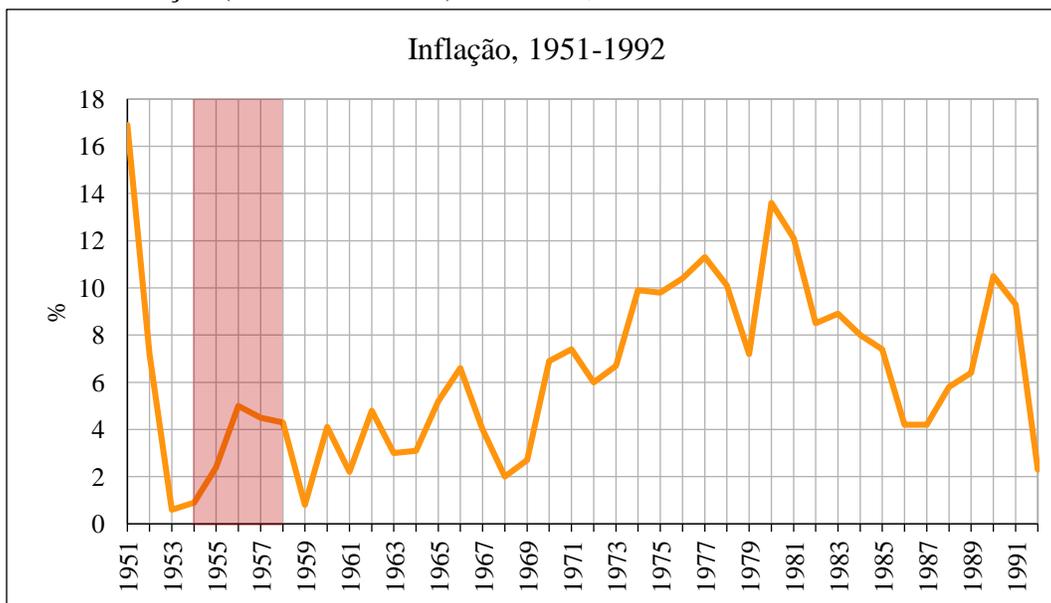
Também compunham o quadro econômico do final dos anos 50 uma baixa no índice de produção industrial (Gráfico 3), que apresenta movimento bastante semelhante ao PIB (naturalmente, dado que a indústria constituía o centro dinâmico da economia sueca durante o período social-democrata), e uma leve tendência de alta da taxa de inflação, que subia por primeira vez após a recuperação da altíssima taxa (para padrões históricos suecos) do final dos anos 40 (Gráfico 4):

Gráfico 3: Crescimento do índice de produção industrial da Suécia, 1951-1992



FONTE: SCB – Historical Statistics

Gráfico 4: Inflação (acumulada anual) da Suécia, 1951-1992



FONTE: SCB – Historical Statistics

Dentro do LO, um grupo de mulheres se organizava desde o início da década de 50 para solicitar políticas de assistência a mães trabalhadoras, principalmente por meio de políticas de auxílio às crianças (como creches de turno integral com fornecimento de refeições). Essas pautas, historicamente silenciadas no sindicato – que estava profundamente baseado no modelo homem provedor, conforme debatido anteriormente – começaram a ganhar espaço no contexto econômico discutido acima: produto e produção industrial crescendo a ritmos decrescentes, baixa taxa de desemprego, inflação crescente e crescimento salarial constante (que, por acordo entre a SAP e o LO, deveria seguir o ritmo de valorização independente dos níveis de produtividade). Entre aceitar a proposta dos empresários de iniciar a contratação de “trabalhadores convidados” (principalmente via imigração), que não teriam acesso a direitos trabalhistas e fariam apenas serviços específicos e temporários, e iniciar uma campanha junto às mulheres sindicalizadas a favor das políticas de auxílio às crianças de mães trabalhadoras, o LO optou pela segunda proposta, tornando-se um aliado das mulheres na luta por essas políticas a partir dos anos 60 (NAUMANN, 2005).

Também nesse período, a produção acadêmica e militante feminista centrada nos Estados Unidos e na Europa passava a debater não só a igualdade de direitos formais, mas principalmente a questionar as desigualdades implícitas nos direitos e responsabilidades das mulheres, incluindo as discussões a respeito

das mulheres trabalhadoras e do trabalho feminino gratuito dentro do lar¹³. São expoentes dessa nova tradição Simone de Beauvoir (2009 [1949]), Betty Friedan (1971 [1963]) e, no Brasil, Heleieth Saffioti (2013 [1969]). As feministas suecas, que sempre apresentaram uma posição de vanguarda no movimento mundial, foram bastante influenciadas por essa nova visão de igualdade entre sexos, e o debate a respeito da necessidade de políticas que permitissem às mulheres escolher entre trabalhar gratuitamente no lar ou remuneradamente fora dele, mesmo com filhos, foi um impulso à campanha favorável ao estabelecimento de políticas estatais para auxílio e cuidado a crianças.

Parte do embate em relação a quais políticas deveriam ser adotadas para facilitar a entrada de mulheres (e mães, particularmente) no mercado de trabalho se dava pela presença do Partido Agrário na base aliada. De visão mais conservadora, o partido defendia o estabelecimento de uma pensão para mulheres trabalhadoras casadas como sendo uma solução mais eficaz para o problema de escassez de mão de obra, pois permitiria o trabalho feminino apenas em meio turno (permitindo, portanto, disponibilidade para o trabalho não-pago no lar) e a contratação de outras mulheres para fornecerem cuidados às crianças (MAHON, 1997). O SAP, entretanto, estava mais inclinado a fortalecer a expansão da rede pública de atenção a crianças com qualidade no ensino, alinhando-se às pautas do LO.

O rompimento do Partido Agrário com o SAP em 1957 (que também marcou a mudança de nome do partido, agora batizado Partido do Centro) fortaleceu essa proposta, que contemplava os interesses do governo de diversas formas: (1) atendia às demandas feministas crescentes, que radicalizavam seus movimentos tanto dentro dos partidos como por meio de grupos feministas independentes, tornando-se um grupo articulado cujos votos estavam em constante disputa; (2) permitia a absorção de mão de obra sem conflitos com o LO, que apoiava tal política; (3) corroborava com a estratégia de expansão do Estado, pois significava a ampliação do oferecimento de serviços públicos e a absorção de mão de obra feminina em serviços estatais¹⁴; (4) promovia a redução das desigualdade de classe (um importante argumento político), pois a construção de escolas públicas de turno integral recebendo crianças desde a primeira infância proporcionaria uma educação igual para todas as classes sociais, além de permitir às

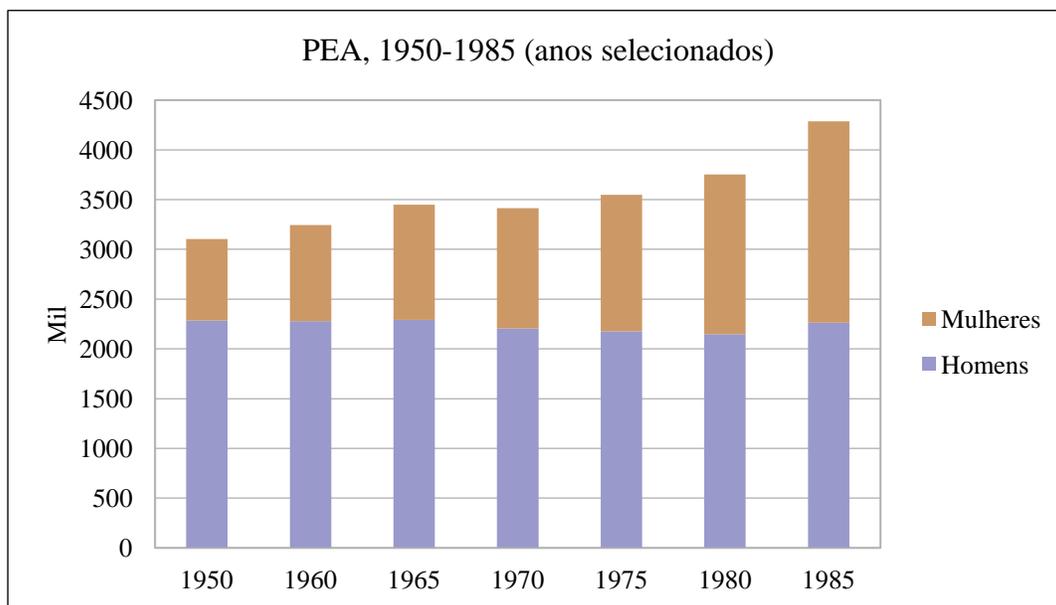
¹³ Esse movimento é comumente referido como “feminismo de segunda-onda”. Embora útil para a compreensão de uma mudança de paradigma nas pautas das feministas mais proeminentes dos países de capitalismo central, tal classificação exclui diversas correntes de pensamento – tais como as feministas marxistas e feministas anarquistas – e a importante produção acadêmica e ação coletiva dos países de capitalismo periférico; portanto, opto por não utilizar a tradicional classificação de “ondas feministas”. Para uma instigante discussão sobre classificação dos movimentos feministas a partir de uma perspectiva periférica, ver Effiong e Inyang (2018).

¹⁴ O enorme crescimento do setor de serviços no período foi um movimento massivo em todos os países da OCDE. Tradicionalmente, esse setor conta com uma grande porcentagem de mão de obra feminina, principalmente por proporcionar horários mais flexíveis e disponibilidade de cargos de meio turno, além de não exigir altos níveis educacionais. Sobre setorização do trabalho feminino, ver Charles e Grusky (2004).

mulheres a possibilidade de trabalhar turnos completos em postos de trabalho estáveis se assim desejassem, reduzindo o *gap* salarial (NAUMANN, 2005).

Com a implementação dessas políticas a partir do final da década de 50, portanto, a década de 60 foi marcada por um aumento no número de mulheres na população economicamente ativa (PEA) do país (Gráfico 5)¹⁵. Diferentemente de outros países de capitalismo avançado, como Alemanha, Suíça, Itália e Áustria, esse crescimento não foi acompanhado de expressivas mudanças nas taxas de fecundidade (em comparação com a flutuação observada nos demais países de capitalismo central), conforme observado na pouca variação da taxa de crescimento populacional (Gráfico 6). Esse resultado é frequentemente apontado como uma consequência direta da escolha política do SAP, de focar na provisão de serviços educacionais de qualidade para crianças e, portanto, fortalecer a figura da mãe-trabalhadora (HOEM, 1990).

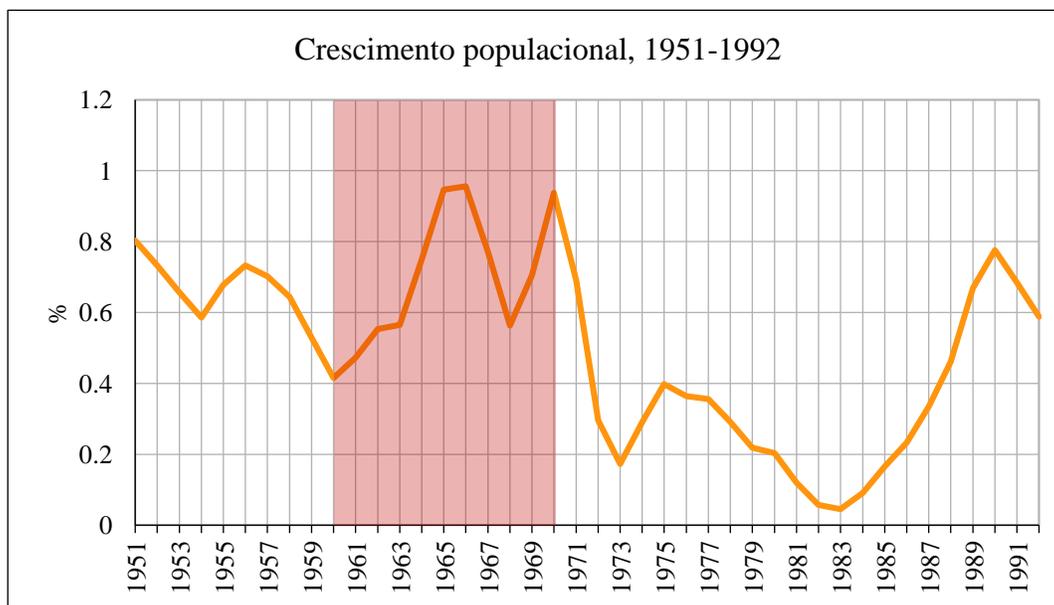
Gráfico 5: População Economicamente Ativa (PEA) da Suécia por sexo em 1950, 1960, 1965, 1970, 1975, 1980 e 1985



FONTE: SCB – Historical Statistics

¹⁵ Os dados apresentados são apenas para alguns anos devido à falta de disponibilidade.

Gráfico 6: Crescimento populacional da Suécia, 1951-1992



FONTE: SCB – Historical Statistics

Para dados de 1960, 7,82% das mulheres que constituíam a população economicamente ativa eram casadas e tinham filhos ou filhas de até 6 anos; em 1965, esse número subiu para 20,12% e, em 1970, chegou a 25,84% (SCB, s.d.). Dessas, quase a totalidade possuíam cônjuge que também auferia renda (o valor é superior a 95% para todos os anos e varia menos de 1% no período). As escolas públicas recreativas de meio turno para crianças, que somavam quase 19 mil unidades no início da década 1950, bateram a barreira dos 38,4 mil no início dos anos 60. Já as creches públicas de turno integral subiram de 9,7mil unidades para 14,3 mil no período (JENSON & MAHON, 1992).

A década de 60 também foi marcada por um grande *boom* de exportações na economia, permitindo um elevado crescimento do PIB (Gráfico 1), níveis razoavelmente estáveis de inflação (de 2 a 6% - Gráfico 4) e manutenção do baixo nível de desemprego. Simultaneamente, houve um grande crescimento da máquina pública, com aumento do gasto do governo e criação de cargos em serviços sociais, de educação e de saúde (EDUARDS, 1991).

Tal situação econômica também contribuiu para mudanças no discurso e atuação política de vários setores: (1) as alas feministas passaram a questionar sua posição de donas de casa/mães, questionando as desigualdades entre homens e mulheres que antes eram vistas apenas como diferenças (JENSON e MAHON, 1992); (2) os trabalhadores e trabalhadoras de “colarinho-branco”, ou seja, os que possuíam cargos de gerência e supervisão, associados a um maior grau de escolaridade, aumentaram sua representatividade e passaram a fortalecer sindicatos externos ao LO, com identificação burguesa e apoio a patrões em detrimento dos trabalhadores e trabalhadoras de “colarinho-azul” (chão de fábrica); (3) o

diferencial de renda entre as múltiplas camadas da classe trabalhadora, que apresentava tendência de declínio desde o início da social-democracia, passou a estagnar, com trabalhadores e trabalhadoras “colarinho-azul” sentindo seu poder de barganha diminuir dentro das fábricas (bastante devido à popularização de sistemas fordistas de produção, segundo o diagnóstico interno), além das restrições legais de participação dos sindicatos nas decisões importantes devido a cláusulas do Acordo de Saltsjöbaden (WILD, 1992).

Nesse panorama, o final da década de 60 e o início da década de 70 foram marcados pela explosão de inúmeras greves pelo país, exigindo maior poder à classe trabalhadora e mais igualdade (“mais igualdade”, inclusive, foi o *slogan* de campanha do SAP nas eleições de 1968, visando acalmar os ânimos dos movimentos grevistas que já estavam se articulando no período). Em relação às pautas feministas, embora a política de expansão da rede pública de ensino para cuidado das crianças tenha sido adotada de maneira ampla, em 1972 a fila de espera nas creches chegava a 400mil crianças, e o Group 8 lançou a palavra de ordem “Não chore, fique braba – ataque!” para pressionar os governantes (NAUMANN, 2005).

O fim do imposto de renda familiar conjunto, em 1971 – uma das pautas prioritárias do movimento feminista, pois tal medida desincentivava a entrada das mulheres no mercado de trabalho por gerar um ônus maior em tributação para a família no caso de dois membros auferirem renda –, e a legislação de 1973, que declarava o direito à vaga em creche pública para todas as crianças de 3 a 6 anos, não foram suficientes para reduzir as pressões feministas, que reivindicavam não só a entrada das mulheres no mercado de trabalho como forma de reduzir a desigualdade entre sexos, mas também a maior participação dos homens nas atividades do lar (MAHON, 1997). Respondendo às pressões, em 1974, o governo implementou uma nova legislação de licença parental: tanto o pai quanto a mãe de uma criança pré-escolar poderiam reduzir seu expediente a um quarto do tempo normal e continuar recebendo até 90% do salário. A princípio, como os salários dos homens eram maiores, em média, que os das mulheres (e continuam sendo até os dias de hoje), a licença paternidade sem remuneração seria um ônus muito grande para a renda familiar, e essa política visava justamente mitigar esse efeito. Entretanto, sem o estabelecimento de uma porcentagem mínima da licença parental a ser tirada pelo pai, o que ocorreu de fato foi a manutenção da desigualdade, com 90% das licenças sendo solicitadas por parte das mães (SOMMESTAD, 1997).

Esse quadro político tornava cada vez mais frágil a governabilidade do SAP: por um lado, havia um acirramento da luta de classes, que se materializava na pressão por parte dos colarinho-azul exigindo mais igualdades via crescimento da máquina pública, em oposição à crescente pressão dos colarinho-branco, que alinhavam-se à ideologia neoliberal e exigiam enxugamento do Estado para manutenção do

seu *status* e separação entre trabalho manual e trabalho intelectual (MAHON, 1997 e PONTUSSON, 1987); por outro, as pautas feministas dentro e fora das organizações partidárias tornavam-se cada vez mais radicais, propondo políticas que buscavam ir além do fortalecimento da personagem “mulher-trabalhadora” e criar uma divisão igualitária de serviços domésticos e mais solidariedade entre setores produtivos, visando o fim da divisão de gênero (mulheres nos serviços e homens na indústria) a longo prazo (HOBSON & LINDHOLM, 1997). Aliado a esses fatores, o rápido decréscimo no crescimento do PIB (Gráfico 1) e na produção industrial (Gráfico 3) a partir de 1973, com simultâneo aumento exponencial na inflação (Gráfico 4), no contexto do “choque do petróleo”¹⁶ ocorrido nesse ano, favoreceram o argumento do fim do modelo social-democrata política e economicamente.

Visando fortalecer a aliança LO-SAP e impulsionar as pautas feministas de igualdade plena, a SSKF lançou em 1974 a campanha do turno de seis horas. O argumento principal baseava-se de ideia de que as pessoas precisavam de “tempo para serem humanas”, e o turno de seis horas possibilitaria, por um lado, o aumento do bem-estar da classe trabalhadora e a possibilidade de estudos no turno inverso para reduzir as desigualdades; por outro, também possibilitaria a divisão mais igualitária dos trabalhos domésticos no lar. Entretanto, o LO optou por priorizar a pauta histórica da quinta semana de férias, afirmando que o sindicato não deveria propor um ajustamento de todos à norma social estipulada para o turno de trabalho feminino, mas sim focar na garantia dos direitos de trabalhadores de meio turno (MAHON, 1997).

A estratégia do SAP foi fortalecer as pautas trabalhistas sem modificar as políticas de salários: em 1971 foi aprovada a lei que estabelecia dois assentos para representantes da classe trabalhadora em conselhos de empresas com mais de 100 funcionários e funcionárias e em 1974 foi proibida a demissão de qualquer trabalhador ou trabalhadora sem consulta ao sindicato. Em 1975, finalmente, foi proposta por Rudolf Meidner a famosa política de criação de um fundo dos assalariados e assalariadas, que determinava um repasse por parte das firmas com mais de 500 empregados e empregadas no montante de 20% do seu lucro para um fundo da classe trabalhadora que teria poder decisório na empresa (doravante referido apenas como “Plano Meidner”). Estimava-se que, com lucros de 15% ao ano, dentro de 25 anos o fundo atingiria valor suficiente para superar 50% dos direitos de voto da empresa, tornando a classe trabalhadora a sócia majoritária (WILDE, 1992). A adoção do Plano Meidner por parte do LO como parte da plataforma política do sindicato, em 1976, é considerada o fim prático do Acordo de Saltsjöbaden, já que extingue a negociação de demissões, salários e greves por meio de comitês formados

¹⁶ Há debate na literatura marxista em relação às flutuações do preço do petróleo e a formação da OPEP como um “choque” no mercado, por isso utilizo a expressão entre aspas. Para uma discussão sobre o assunto, ver Bina (1989).

diretamente por sindicatos e patronais (ELVANDER, 2003). A partir daí, diversos outros acordos que contrariam o Acordo de Saltsjöbaden são firmados, até sua substituição pelo Acordo Industrial de 1997.

Nas eleições de 1976, portanto, o SAP apresentou um programa reivindicando mais igualdade para as mulheres via aumento do número de creches públicas, sem comprometer-se com o estabelecimento de cotas para licença-paternidade e turno de trabalho de seis horas, as duas principais pautas do movimento feminista. A pauta eleitoral estava focada em mais igualdade para a classe trabalhadora via aumento do poder decisório dos sindicatos, junto ao ousado Plano Meidner. Esse não-alinhamento com o movimento feminista, somado ao ataque frontal à classe capitalista (e seus aliados colarinho-branco) e à crise econômica que se refletia na estagnação do crescimento (Gráfico 1) levaram à vitória do Partido Liberal nas urnas, aliado aos partidos Moderado e Central.

4. O avanço da ideologia neoliberal e o fim do modelo social-democrata: a aliança de oposição de 1976 a 1981 e a “social-democracia reformulada” de 1982 a 1991

A derrota eleitoral trouxe um intenso debate interno no SAP, com a maioria do partido diagnosticando o Plano Meidner como a principal causa do fracasso nas urnas (WILKS, 1996). Com a radicalização dos movimentos sociais e a disseminação da ideologia neoliberal à nível mundial (vide as eleições de Margareth Thatcher no Reino Unido, em 1979, e de Ronald Regan nos Estados Unidos, em 1980), os votos se tornaram cada mais vez mais individuais e menos classicistas:

Até os anos 70, o voto por reconhecimento de classe era forte, e as preferências do eleitor eram estáveis no tempo. A partir dos anos 70, entretanto, a volatilidade aumentou; não só o voto de classe diminuiu, mas também os eleitores passaram a mudar de partido com mais frequência e escolher seu voto com base na campanha eleitoral (ANDERSON & IMMERGUT, 2007, p. 359, tradução livre).

Como era de se esperar, o governo de 1976 iniciou uma enorme crítica ao modelo Rehn-Meidner, com um forte discurso pró-mercado para crescimento da concorrência e redução drástica do aparato estatal sueco, principalmente no que tange à prestação de serviços (educacionais e médicos, inclusive)¹⁷. Identificando o momento de crise econômica e crise política, o SAP passou a defender a concorrência privada na prestação de serviços públicos e pautou a proibição de greves como medida legítima para aumentar a produção nacional a partir dessa eleição (JENSON & MAHON, 1992). O ambiente de instabilidade no crescimento do PIB (Gráfico 1) e na inflação, que atingiu um pico de quase 14% em

¹⁷ O contexto internacional torna-se essencial para compreender essa guinada neoliberal sueca, em especial a ascensão de um novo modelo capitalista nos Estados Unidos. Depois da derrota no Irã, da vitória sandinista na Nicarágua e vitória dos vietcongues no Vietnã, o país adotou abertamente uma política imperialista para destruir qualquer possível foco de socialismo. Além do enorme investimento bélico daí derivado, a ideologia capitalista dedicou-se a ganhar corações e mentes pelo mundo. Inclusive na Suíça, houve enorme apoio político e midiático para propaganda do ideário neoliberal (WILDE, 1992).

1980 (Gráfico 4), fortaleceram o discurso de esgotamento do modelo, aliado ao contexto mundial de globalização.

O período foi marcado por uma enorme crise de representação, gerando atritos na histórica aliança LO-SAP. A guinada neoliberal do SAP se somava à perda do poder de barganha do LO, com o abandono das campanhas por salários solidários entre setores e início de negociações específicas por ramo. Por um lado, a classe trabalhadora perdia força, no sentido de se mostrar cada vez menos capaz de promover uma articulação intersetorial e nacional para conquistar suas pautas (quinta semana de férias, campanhas salariais, etc.); por outro, a mobilidade internacional de capitais e a alta globalização do início dos anos 70 pesaram a balança a favor da classe capitalista (WILKS, 1996).

Na conferência do SAP de 1981, o Plano Meidner foi fundamentalmente dissolvido. Em seu lugar, foi proposta a criação de cinco fundos de investimento da classe trabalhadora financiados por 20% dos lucros das grandes empresas e um imposto específico sobre salários. Entretanto, cada fundo não poderia passar a cota de 8% do total de ações da companhia. Mesmo essa modesta proposta, posta em prática em 1982 (quando o SAP voltou ao poder), foi extinta em 1990, pois foi vista como uma ameaça de longo prazo à classe capitalista, gerando grande repercussão negativa na mídia e passeatas nas ruas (WILDE, 1992).

As feministas, que haviam tensionado o SAP para a extensão e o estabelecimento de cotas para licença paternidade nas eleições anteriores, viram uma estagnação no avanço de suas pautas. A licença parental foi estendida para nove meses, pois a aliança de oposição também via os votos das organizações feministas – majoritariamente descontentes com o governo social-democrata – em disputa. Entretanto, o governo estabeleceu que para os 3 meses adicionais de licença haveria desconto em porcentagem de salário, o que desencorajava a utilização de licença paternidade por dois motivos: (1) os primeiros meses em geral são de afastamento da mulher, devido ao desgaste físico e mental da gravidez e amamentação; (2) o salário médio masculino era (e continua sendo) maior que o feminino, e como a porcentagem de desconto é a mesma o casal tende a optar pela menor perda salarial (MAHON, 1997).

Nas eleições de 1982, o SAP estabeleceu como prioridades a restauração do pleno emprego e a eliminação do déficit público. O já referido contexto econômico de instabilidade, aliado à crise de representatividade política (que também afetava os partidos Liberal, Central e Moderado), garantiu a reeleição do SAP. A campanha foi baseada nos conceitos de escolha e pluralidade com forte crítica à ideia de uma mesma medida para todos, evidenciando a disputa pela camada colarinho-branco e o alinhamento, pelo menos parcial, com princípios neoliberais, principalmente no que tange à política fiscal (MAHON, 1997).

Internamente, o partido iniciou uma reaproximação com o LO por meio de uma campanha voltada aos sindicatos setoriais e empresariais contra a adesão da barganha individual para as pautas trabalhistas, alegando que essa política prejudicava a classe trabalhadora como um todo, aumentava a desigualdade social e não tinha compromisso com a redução da desigualdade salarial entre homens e mulheres (WILDE, 1992), reconhecendo o grande crescimento das feministas dentro do sindicato principalmente devido ao aumento da parcela feminina da população econômica ativa durante a década de 80 (Gráfico 5). Apesar das campanhas, em 1983, o sindicato dos metalúrgicos anunciou oficialmente que deixaria o esquema de barganha centralizada, desencadeando um movimento de rompimento com os sindicatos setoriais e nacionais em todo o país (BERGQVIST, 1991).

A chamada “social-democracia renovada” desenvolvida a partir de 1982 tinha uma roupagem de social-democracia que se mantinha por meio de legislações garantidoras de direitos fundamentais (como a educação pública garantida para crianças de até 18 meses), subsídios a cooperativas, defesa da jornada de trabalho de seis horas (muito por pressão da SSKF e ainda em oposição ao LO, que reivindicava quinta semana de férias) e manutenção do pleno emprego como meta principal de governo. Contudo, a política de gastos do governo anterior, de roupagem keynesiana, foi substituída por uma enorme restrição nos gastos para eliminar o déficit público, uma grande abertura comercial nos anos 80 (que tornou o governo cada vez mais dependente dos fluxos de importação e exportação) e a permissão da exploração visando lucros dos serviços de saúde e educação, com simultânea redução de investimento nos serviços públicos (JENSON & MAHON, 1992).

A instabilidade econômica, a nova ideologia capitalista hegemônica pós-guerra e a crise política sueca refletiram-se nos resultados eleitorais ano a ano, com a proposta da “social-democracia renovada” perdendo sua margem de vitória a cada eleição (ANDERSON & IMMERGUT, 2007). Entretanto, é digno de nota que, nas eleições de 1991, o eleitorado feminino se mostrou mais comprometido com o SAP (e também com o Partido Ambientalista) que o eleitorado masculino, principalmente as mulheres sindicalizadas, embora com forte oposição às políticas pró-mercado adotadas. O LO, em 1988, elegeu pela primeira vez na sua história uma presidenta mulher. No mesmo ano, foi realizado o primeiro encontro de mulheres do sindicato, no qual traçou-se uma tática de expor pautas feministas abrangentes para sensibilizar possíveis eleitoras do partido liberal pela via feminista, identificando o movimento de personalização do voto e a falta de representação partidária das mulheres (JENSON & MAHON, 1992).

Com as pressões econômicas crescentes, que alcançaram seu estopim na retração do PIB de 1990 (Gráfico 1) e exponencial queda no investimento em formação bruta de capital fixo (Gráfico 2), bastante derivados da enorme abertura comercial dos anos 80 (WILKS, 1996), mesmo esse novo projeto de

política, que claramente afastava-se dos objetivos iniciais de alcançar o socialismo¹⁸, foi derrotado nas urnas em 1991. No contexto de perseguição ao socialismo por parte dos EUA (com o fim da União Soviética no mesmo ano) e crise mundial do chamado modelo do Estado de bem-estar social, a derrota do SAP na eleição de 1991 é apontada como o marco final da social-democracia sueca.

5. Conclusão

O presente artigo buscou realizar uma breve revisão de literatura sobre a social-democracia sueca em duas temáticas: a bibliografia feminista e a bibliografia marxista, destacando as condições econômicas por trás de certos discursos e políticas adotadas pelos governos do período. A partir desse movimento, objetivou-se traçar algumas relações entre o movimento feminista, o sindicato (LO) e o partido do governo (SAP) no que tange à alinhamentos, discordâncias, estabelecimento de prioridades e políticas públicas adotadas, investigando a hipótese encontrada na literatura de que o movimento feminista (organizado dentro e fora do LO e do SAP) contribuiu para o fim do período social-democrata.

Primeiramente, é interessante verificar a organização das mulheres do partido, interessadas em construir um projeto social-democrático desde o princípio de forma ativa. A participação feminina na construção de projetos políticos e econômicos desde a década de 20 é, por si só, uma quebra dos padrões tradicionais dos países capitalistas centrais. Apesar de a majoritária do partido e o SSKF em geral alinhar-se às pautas das “feministas maternas” naquele momento, reforçando estereótipos tradicionais de gênero, a militância feminista foi capaz de incluir questões do lar como parte do debate político desde o princípio, contrariando a visão dominante nos países de capitalismo avançando à época, segundo a qual a esfera reprodutiva (do lar) e a esfera produtiva (do trabalho) são essencialmente separadas (LASLETT; BRENNER, 1989). De fato, foi apenas na década de 60 que o movimento feminista nos países industrializados lançou a palavra de ordem “o pessoal é político”, fazendo referência à necessidade de considerar questões familiares e “da mulher” como parte essencial da esfera pública. Nesse sentido, a constituição da social-democracia na Suécia se mostrava mais próxima a uma ideia socialista de Estado (à exemplo a participação do movimento feminista na formação do Estado Soviético também na década de 20)¹⁹, apesar de sustentar estereótipos de gênero não-alinhados com os projetos revolucionários, que alinhada aos países capitalistas de fato.

¹⁸ Aqui, considero o abandono da pauta dos fundos para assalariados e assalariadas por parte do SAP (Plano Meidner) como sendo um claro sinal de rompimento com um projeto socialista. Embora seja bastante discutível a ideia de que o repasse de uma maioria acionária de grandes empresas para a classe trabalhadora constitua um compromisso inequívoco com a construção de uma sociedade que opere sob o modo de produção de socialista, certamente esse projeto aproxima-se mais dos ideais socialistas que a modesta proposta reformulada que surgiu em 1982, somada às políticas de abertura para empresas com fins lucrativos em serviços públicos e redução do aparato do Estado via cortes de investimento.

¹⁹ Para mais sobre a participação do movimento feminista na constituição do Estado Soviético, ver Goldman (2014 [1993]).

Essa participação da “família” no debate político, entretanto, não significou um reconhecimento da condição particular das mulheres trabalhadoras (e mães trabalhadoras, especificamente) como uma questão central ao debate de classe, ou sequer o reconhecimento da precariedade singular dessas trabalhadoras. A discussão apresentada neste artigo sugere que as pautas das mulheres ganharam relevância apenas quando fundamentadas em argumentos econômicos, dadas certas condições concretas do processo de acumulação. A aceitação da mulher trabalhadora e a reivindicação de estruturas públicas que possibilitassem o trabalho feminino fora do lar (essencialmente serviços de educação e saúde) foram pautas conquistadas no contexto de alta escassez de mão de obra do final da década de 50 e início da década de 60. Aqui, reforça-se o argumento de parte das teóricas feministas marxistas, que identificam nas mulheres um exército industrial de reserva permanente no modo de produção capitalista, no sentido de que constituem uma parcela de superpopulação que tensiona os salários para baixo por meio da sua exclusão do processo produtivo, a ser recrutada quando a acumulação de capital aumenta (ou seja, quando há diminuição relativa do capital variável e aumento da composição orgânica do capital) e dispensada quando diminui²⁰.

Quando o processo de acumulação permitiu o aumento do interesse por parte da aliança LO-SAP de construir uma sociedade que fornecesse a estrutura necessária para permitir a chegada e permanência das mulheres no mercado de trabalho (por meio de serviços públicos voltados ao atendimento a crianças), a bibliografia levantada não indica igual esforço para incentivar o auxílio dos homens às atividades do lar. Os homens que controlavam os partidos e sindicatos se mostraram dispostos a ceder espaço no mercado para as mulheres, mas não se mostraram dispostos a assumir o trabalho não-remunerado feito no lar nem a legislar para que esse espaço fosse preenchido (a não-adoção da campanha pela jornada de trabalho de seis horas e a negativa em relação ao estabelecimento de cotas para licença-paternidade nos anos 70 são importantes exemplos).

O modelo social-democrata que vigorou até 1975 adotava discursos, práticas e políticas sobre as quais é possível observar a existência de um horizonte socialista a ser alcançado: fornecimento de serviços públicos de qualidade com impossibilidade de exploração lucrativa nesses setores, preocupação com educação igualitária e legislações que aumentavam o poder da classe trabalhadora sobre o processo produtivo, com eventual maioria de poder decisório. Entretanto, as propostas dos anos 70, que previam a criação do fundo de participação da classe trabalhadora (Plano Meidner) e a participação de dois

²⁰ O debate em relação à composição do exército industrial de reserva (ou exército de reserva industrial) e o papel das mulheres donas de casa foi alvo de intensa controvérsia na literatura marxista feminista. Aqui, assumimos a posição adotada por autores e autoras como Beechey (1977) e Powell Dobbins (1977). Para posições contrárias, ou seja, que discordam que mulheres constituem uma parcela permanente e diferenciada do EIR, ver Anthias (1980) e Fine (1992).

membros do sindicato na decisão de demissão de qualquer funcionário ou funcionária, pareciam crer na possibilidade de construção de um socialismo sem a participação igualitária de homens e mulheres desde sua base. Foge ao escopo deste artigo analisar quais seriam os momentos da transição de uma social-democracia para o socialismo (se é que essa transição é possível), mas esse momento de radicalização para a tomada coletiva dos meios de produção na Suécia não passou por um estágio anterior que previsse a participação igual de homens e mulheres nos conselhos e sindicatos, para que o poder decisório sobre a produção pudesse ser equivalente desde o princípio²¹.

Com a derrota do SAP nas eleições de 75, o fim *de facto* do Acordo de Saltsjöbaden em 1976, as políticas econômicas adotadas pela oposição nos anos seguintes e a “social-democracia renovada” proposta na volta do SAP em 1982 não parecem dar continuidade ao período social-democrata iniciado nos anos 30. Nesse sentido, parece mais preciso reivindicar o período social-democrata como sendo o governo da aliança LO-SAP de 1932 a 1975; a partir daí, o movimento de globalização foi capaz romper os acordos entre e intraclasses, pesando a balança a favor do capital e impossibilitando a continuidade do projeto.

A afirmação de que o movimento feminista foi um dos responsáveis pelo fim do período social-democrata sueco, portanto, gera alguns desconfortos. Sem dúvida, o movimento contribuiu para queda de popularidade do SAP nas eleições, tanto por meio das tensões internas com o SSKF quanto por meio dos movimentos suprapartidários que tomavam as ruas. Todavia, é possível interpretar que esses movimentos tensionavam para a adoção de uma social-democracia igualitária em gênero, e não para o fim desse modelo. A militância do período orientava-se pela igualdade, inclusive apresentando pautas que trariam o bem-estar da classe trabalhadora como um todo (como a jornada de trabalho de seis horas). As denúncias por parte do movimento não parecem ser críticas ao modelo social-democrata, mas à ausência de vontade política da aliança LO-SAP em diminuir as desigualdades. Considerando o momento internacional de acumulação do capital e o crescimento da ideologia neoliberal, face às características necessárias para a manutenção da estrutura social-democrata (fronteiras nacionais bem definidas para prestação Estatal de serviços e acordos entre as classes das empresas nacionais, limitação dos lucros empresariais, fortalecimento dos sindicatos para barganha salarial coletiva, etc), parece ingênuo considerar a crítica feminista como um dos fatores relevantes para o fim do período²². Assim, conclui-se

²¹ Seria ingênuo considerar que uma proposta prevendo número igual de homens e mulheres em conselhos seria a solução para a falta de representatividade feminina na formulação e decisão de processos econômicos e políticos, dado que identidade de gênero não significa alinhamento com pautas feministas. Mas certamente essa representatividade não viria sem o aumento significativo da porcentagem de mulheres nesses cargos, que era bastante baixa no período.

²² Dentre as feministas social-democratas que dissertaram sobre o tema, a ausência de mulheres desde o princípio da construção do projeto foi um dos argumentos considerados fundamentais para a impossibilidade de avanço do projeto socialista (HERMES, 1987).

que as novas condições materiais impostas pelo capitalismo global foram responsáveis pelo fim do projeto social-democrata, admitindo-se que a crítica feminista contribuiu para o enfraquecimento tão-somente do partido e seu projeto eleitoral.

Se o socialismo é uma sociedade sem opressões, é necessária a construção de um projeto que liberte todos os indivíduos, admitindo opressões de raça/etnia, gênero, sexualidade, entre outras desde o princípio, dado que estas setorizam a classe trabalhadora em posições de precarização diversas e únicas, e não como pautas adicionais a serem incorporadas posteriormente a “pautas econômicas”. Afirmar que a crítica feminista contribuiu para o fracasso da social-democracia sueca sugere que a participação das mulheres foi um empecilho ao bem estruturado projeto de implementação do socialismo no país, o que não se verifica na literatura analisada.

O momento atual do capitalismo global e a inserção particular dos países periféricos no processo de acumulação sugerem o aprofundamento das barreiras enfrentadas pela Suécia no fim do período social-democrata à nível macroeconômico, tais como: fragmentação da classe trabalhadora, com redução da sindicalização e barganha coletiva; disciplina fiscal e controle inflacionário como principais políticas estatais; intensificação e desregulamentação dos fluxos de capitais internacionais, com aumento do capital fictício e enfraquecimento do setor industrial; fortalecimento do projeto neoliberal como um todo, tanto no plano ideológico quanto no plano concreto. Os projetos alternativos ao capitalismo, sejam eles revolucionários ou reformistas (tais quais a social-democracia), parecem identificar essas novas condições materiais, mas frequentemente preservam a hierarquia entre “pautas classicistas” e “pautas identitárias” observada no período social-democrata sueco, como se identidade de classe não constituísse parte da identidade dos sujeitos, e assumindo que a inserção de indivíduos com identidades complexas na classe trabalhadora se dá de forma homogênea (ao invés de setorizada, fragmentada e desigual).

Com esta exposição, espera-se ter evidenciado a necessidade de análise das relações entre a esfera produtiva e a esfera reprodutiva como parte de um processo conjunto, dado que a força de trabalho é responsável por toda a criação de valor naquela, e só pode ser criada/recriada nesta. Dessa forma, identificar não só as condições materiais distintas, mas os sujeitos distintos que nessas condições são produzidos e, dialeticamente, também são responsáveis por reproduzi-las/alterá-las, é fundamental para um diagnóstico do capitalismo contemporâneo e, a partir daí, a construção de uma estratégia orientada de combate ao modo de produção que não incorra nos erros históricos dos diversos movimentos que se dedicaram a fazê-lo.

6. Bibliografia

ANDERSON, Karen M.; IMMERGUT, Ellen. Sweden: after social democratic hegemony. In: IMMERGUT, Ellen; ANDERSON, Karen M.; SCHLZE, Isabelle (eds.). **The Handbook of West European Pension Politics**. Oxford: Oxford University Press, p. 349-395, 2007

ANTHIAS, Floya. Women and the reserve army of labour: a critique of Veronica Beechey. **Capital & Class**, v. 4, n. 1, p. 50-63, 1980.

ARILHA, M.; RIDENTI, Sandra G. U.; MEDRADO, B. **Homens e masculinidades: outras palavras**. São Paulo: Editora 34, 1998.

BEECHEY, Veronica. Some notes on female wage labour in capitalist production. **Capital and Class**, Limerick, v. 3, n. 12, p. 45-66, 1977. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.626.1823&rep=rep1&type=pdf>> Acesso em: 03 jul. 2016

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo – Volume Único**. São Paulo: Nova Fronteira, 2009.

BERGQVIST, Christina. Corporatism and gender equality: a comparative study of two swedish labour market organizations. **European Journal of Political Research**, v. 20, n. 2, p. 107-125, 1991. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1475-6765.1991.tb00259.x/abstract>> Acesso em: 26 out. 2015

BERNSTEIN, Eduard. **Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia**. Problemas del Socialismo. El revisionismo em la socialdemocracia. México: Siglo Veintiuno, 1982. Disponível em: <<http://www.socialismo-chileno.org/febrero/Biblioteca/Marx/Bernstein-Eduard-Las-premisas-del-socialismo-y-las-tareas-de-la-socialdemocracia.pdf>> Acesso em: 16 jun. 2015

BHATTACHARYA, Tithi, (Ed). **Mapping social reproduction theory**. Londres: Pluto Press, 2017.

BINA, Cyrus. Global oil and the transformation of OPEC. **Review of Radical Political Economics**, v. 21, n. 3, p. 105-111, 1989.

CHARLES, Maria; GRUSKY, David. **Occupational Ghettos: the worldwide segregation of women and men**. Redwood: Stanford University Press, 2004.

EDUARDS, Maud L. Toward a third way: Women's politics and welfare policies in Sweden. **Social Research**, v. 58, n. 3, p. 677-705, 1991. Disponível em: <<http://connection.ebscohost.com/c/articles/9609221842/toward-third-way-womens-politics-welfare-policies-sweden>> Acesso em: 20 ago. 2015

EFFIONG, Angelica; INYIANG, Sylvia. A brief history and classification of feminism. In: OLWAGBEMI-JACOB, Dorothy; EGBAI, Mary; EFFIONG, Angelica (Eds.). **A general introduction to feminism and feminist philosophy: Studies in feminist philosophy 1**. Scotts Valley: CreateSpace Independent Publishing Platform, p. 8-22, 2018.

ELVANDER, Nils. Two labor market regimes in Sweden. A comparison between the Saltsjöbaden Agreement of 1938 and the Industrial Agreement of 1997. **The German journal of industrial relations**, v. 10, n. 1, p. 146-159, 2003.

FINE, Ben. **Woman's Employment and the Capitalist Family**: towards a political economy of gender and labour markets. Londres: Routledge, 1992.

FRIEDAN, Betty. **Mísitca Feminina**. Teresópolis: Vozes, 1971.

GELB, Joyce. **Feminism and Politics**: a comparative perspective. Berkeley: University of California Press, 1989. Disponível em: <<http://ark.cdlib.org/ark:/13030/ft3z09n8wj/>> Acesso em: 20 jun. 2015

_____. **Socialismo evolucionário**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, estado e revolução**. Política da família soviética e da vida social entre 1917 e 1936. São Paulo: Boitempo, 2014 [1993].

HERNES, Helga Maria. **Welfare state and woman power**: essays in state feminism. Oslo: Norwegian University Press, 1987.

HIRDMAN, Yvonne; VALE, Michel. Utopia in the home. **International Journal of Political Economy**, v. 22, n. 2, p. 5-99, 1992. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40470564>> Acesso em: 26 set. 2015

HOBSON, Barbara; LINDHOLM, Marika. Collective identities, women's power resources and the making of the Welfare States. **Theory and Society**, v. 26, n. 4, p. 475-508, 1997. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/657858>> Acesso em: 28 jul. 2015.

HOEM, Social policy and recent fertility change in sweden. **Population and Development Review**, v. 16, n. 4, p. 735-748, 1990. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1972965>>. Acesso em: 03 de set. 2015

JENSON, Jane; MAHON, Rianne. Representing solidarity: class, gender and the crisis in Social-Democratic Sweden. **New Left Review**, v. 201, p. 76-100, 1992. Disponível em: <<http://newleftreview.org/static/assets/archive/pdf/NLR19708.pdf>> Acesso em: 22 ago. 2015

KAUTSKY, Karl. **Las tres fuentes del marxismo**. La obra historica de Marx. S.l.: Germinal, 2014. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/kautsky/1907/lastresfuentesmarxismo-kautsky-1907.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2015

_____. **La cuestion agraria**. Estudio de las tendencias de la agricultura moderna y de la política agraria de la social democracia. S.l.: Marxist Internet Archives (MIA), 2015. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/kautsky/1899/kautsky-la-cuestion-agraria.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2015

_____. **O caminho do poder**. São Paulo: Hucitec, 1979

KORPI, Walter. **The working class under welfare capitalism**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1978.

_____. **The democratic class struggle**. Routledge & Kegan Paul, 1983.

LASLETT, Barbara; BRENNER, Johanna. Gender and social reproduction: Historical perspectives. **Annual review of sociology**, v. 15, n. 1, p. 381-404, 1989.

LINDHOLM, Marika. Swedish Feminism, 1835-1945: A Conservative Revolution. **Journal of Historical Sociology**, v. 4, n. 2, p. 121-142, 1991. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-6443.1991.tb00100.x/pdf>> Acesso em: 27 jul. 2015

LIPMAN-BLUMEN, Jean; BERNARD, Jessie. **Sex roles and social policy: a complex social science equation**. Michigan: Sage Publications, 1979.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução**. S.l.: s.e., 2002. Disponível em: <http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/Reforma%20ou%20Revolu%C3%A7%C3%A3o_0.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2015

LYKKE, Nina. **Feminst Studies**. A guide to intersectional theory, methodology and writing. Nova Iorque: Routledge, 2010.

MAHON, Rianne. Child care in Canada and Sweden: policy and politics. **Social Politics: International Studies in Gender, State & Society**, v. 4, n. 3, p. 382-418, 1997. Disponível em: <<http://sp.oxfordjournals.org/content/4/3/382.full.pdf+html>>. Acesso em: 1 set. 2015

MULINARI, Diana; MOLINA, Irene. Explorando la herencia colonial del feminismo, igualdad de género y racismo em los países nórdicos. In: Congresso Internacional Las Políticas de Equidad de Género en Prospectiva: Nuevos Escenarios, Actores y Articulaciones – FLACSO, 2010, Buenos Aires, Argentina. Disponível em: <http://www.prigepp.org/congreso/documentos/ponencias/5_Mulinari_y_Mulina.pdf> Acesso em: 28 jul 2015

NAUMANN, Ingela K. Child care and feminism in West Germany and Sweden in the 1960s and 1970s. **Journal of European Social Policy**, v. 15, n. 1, p. 47-63, 2005. Disponível em: <<http://esp.sagepub.com/content/15/1/47.full.pdf+html>> Acesso em: 28 jul. 2015

PONTUSSON, Jonas. Behind and beyond social democracy in Sweden. **New Left Review**, v. 143, n. 1, p. 69-96, 1984. Disponível em: <<http://newleftreview.org/static/assets/archive/pdf/NLR13904.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2015

_____. Radicalization and retreat in Swedish social democracy. **New Left Review**, v. 165, n. 9, p. 5-33, 1987. Disponível em: <<http://newleftreview.org/static/assets/archive/pdf/NLR16101.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2015

POWELL DOBBINS, Peggy. Towards a Theory of the Women's Liberation Movement and Women's Wage-Labor. **Insurgent Sociologist**, v. 7, n. 3, p. 53-62, 1977.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCHIRMER, Jennifer. **The limits of reform: women, capital, and welfare.** Rochester: Schenkman Books, 1982.

SCOTT, Hilda. **Sweden's Right to Be Human.** London: Allison and Busby, 1982.

SOMMESTAD, Lena. Welfare state attitudes to the male breadwinning system: The United States and Sweden in comparative perspective. **International Review of Social History**, v. 42, n. S5, p. 153-174, 1997. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1017/S0020859000114774>> Acesso em: 16 jun. 2015

STATISTISKA CENTRALBYRÅN – SCB, Historical Statistics. Disponível em: <http://www.scb.se/en_/Finding-statistics/Historical-statistics/> Acesso em: 20 jun. 2015

WILDE, Lawrence. The politics of transition: the Swedish case. **Capital & Class**, v. 16, n. 2, p. 7-18, 1992.

WILKS, Stuart. Class compromise and the international economy: the rise and fall of Swedish social democracy. **Capital & Class**, v. 20, n. 1, p. 89-111, 1996.